

“A CULTURA LIBERTA, O CATOLICISMO ESCRAVIZA”: CECÍLIA MEIRELES E O ENSINO RELIGIOSO NOS ANOS 1930

MORAES, José Damiro – UNICAMP – josedamiro@uol.com.br

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: PPBIG / UNICAMP

O estudo tem como objetivo analisar a atuação de Cecília Meireles no combate ao Decreto do ensino religioso nas escolas públicas (Decreto nº 19.941 de 30/4/1931). A Página de Educação do jornal Diário de Notícias, entre os anos de 1930 a 1933, firmou-se como meio em que a educadora expressava suas posições a respeito da relação entre religião e escola.

Os anos iniciais da década de 1930 são marcados por diversos conflitos, advindos das transformações econômicas, políticas, sócias e culturais que ocorriam no Brasil. Vários autores dedicaram-se a um estudo aprofundado desse momento histórico, importante e rico (FAUSTO, 1989; MARTINS, 1983; AGGIO, 2002; CONNIFF, 2006, entre outros). Especificamente no campo educacional, estava sendo constituído um pensamento pedagógico alicerçado no processo de afirmação e constituição do liberalismo como ideologia no Brasil (XAVIER, 1990). Tendo em vista esse cenário, acreditamos ser revelador o percurso de Cecília Meireles para a compreensão dos debates educacionais da época.

Nossa análise utiliza-se de uma perspectiva dialética, buscando entender os fatos dentro de sua totalidade. Assim, concordamos com Josep Fontana em A história dos homens, ao afirmar o propósito de

elaborar uma visão da história que nos ajude a entender que cada momento do passado, assim como cada momento do presente, não contém apenas a semente de um futuro predeterminado e inevitável, mas a de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar tornando-se dominante, por razões complexas, sem que isto signifique que é o melhor, nem, por outro lado, que os outros estejam totalmente descartados (FONTANA, 2004, p. 478)

A partir disso, procuramos apresentar a complexidade dos anos 1930, visto que os debates educacionais do período marcaram presença nas décadas seguintes e ainda ocupam a agenda desses tempos iniciais do século XXI (Cf. MAGALDI; GONDRA, 2003; XAVIER, 2004).

Cecília Meireles e os anos 1930: jornalista da Escola Nova

Cecília Meireles dirigiu, entre junho de 1930 a janeiro de 1933¹, a Página de Educação no jornal Diário de Notícias² do Rio de Janeiro. A professora escrevia a coluna “Comentário”, onde eram abordados temas variados - infância, literatura infantil, conceito de liberdade, desarmamento (antimilitarismo), Escola Nova, Revolução de 1930, entre outros. Nesse trabalho, são analisados os textos que discorriam sobre ensino religioso.

Sobre a participação de Cecília como cronista, Fernando de Azevedo avaliava que

elementos de vanguarda tomavam posições na imprensa do país, especialmente no Rio de Janeiro onde, no Diário de Notícias, de 1931 a 1934 (sic), Cecília Meireles, com suas crônicas finas e mordazes (...) trazia novos estímulos e acentos novos a essa campanha, cujo conteúdo não se esgotava sobre o plano cultural (AZEVEDO,1996, p.665)

Em carta³ a Frota Pessoa, Fernando de Azevedo acusava o recebimento do Diário de Notícias, “cuja Página de Educação é minha leitura em todos os dias”. E revelava: “admiro cada vez mais Cecília Meireles, que é, hoje, uma das mais fortes inteligências, no Brasil, a serviço dos novos ideais de educação” (10/5/1931).

Por isso, é possível assegurar que Cecília Meireles teve presença marcante no jornalismo do início dos anos 1930. A imprensa representava importante papel na sociedade. Segundo Sérgio Miceli

O controle dos jornais constituía um dos principais móveis da luta em que estavam envolvidas as diversas facções oligárquicas. Um jornal era forçosamente o porta-voz de grupos oligárquicos, seja daqueles que estavam no poder (“a situação”), seja dos que estavam momentaneamente excluídos do poder (MICELI, 2001, p. 54).

¹ A coluna “Comentário” passou a ser assinada a partir de agosto de 1930. Cecília permanece até 12 de janeiro de 1933, quando publicou “Despedida”.

² Seus fundadores foram Nóbrega da Cunha, Orlando Dantas e Alberto Pimentel. Esse jornal fundado em 12 de junho de 1930 no Distrito Federal surge como simpático a Aliança Liberal de Getúlio Vargas (Cf. SODRÉ, 1983).

³ Arquivo Particular de Alberto Venâncio Filho, apud PENNA, 1987, p. 140-141.

Considerada essa dimensão, é possível entender o poder dos jornais na proposição e circulação das discussões políticas e eleitorais, entre outros temas de interesse da população. Nesse campo, Meireles chamava a atenção para a responsabilidade da imprensa em veicular notícias que “nem sempre são exatas”. Com isso, “o povo lê e desorienta-se” (MEIRELES, 23/9/1930).

Como jornalista e educadora, Cecília registrou impressões e críticas sobre os acontecimentos de sua época, colocando-se como uma figura ativa ao lado dos intelectuais do período. Nesse sentido, aproximava-se do tipo de intelectual descrito por Sartre nas sociedades capitalistas modernas:

O escritor como qualquer outro, não pode escapar à inserção no mundo, e seus escritos são o tipo universal singular; quaisquer que sejam, têm essas duas faces complementares: a singularidade histórica de seu ser, a universalidade de seus olhares – ou o inverso (a universalidade do ser e a singularidade dos olhares) (SARTRE, 1994, p. 62).

Assim, é possível aventar que os escritos de Cecília Meireles são “necessariamente uma parte do mundo através da qual a totalidade do mundo se manifesta sem, com isso, jamais se desvendar” (SARTRE, 1994, p. 62). Isso fica patente em seus artigos e até mesmo em entrevistas concedidas no período. Cecília não se omitia, tomando posição frente aos acontecimentos da época por meio de seus escritos.

Professora normalista, Meireles acreditava no poder da educação. Não qualquer educação, mas sim aquela organizada nos moldes da Escola Nova - razão de sua campanha no meio jornalístico.

A coluna “Comentário” abriu espaço privilegiado para a veiculação das idéias do escolanovismo. Embora defendesse a posição da uma escola colada à realidade, também não se furtava de propagar a idéia de que a instituição deveria ser o “território mais neutro do mundo”. Para Meireles, a neutralidade não correspondia a um isolamento da realidade. Tanto que se manifestou a favor do internacionalismo e do desarmamento, posturas que deveriam impregnar a educação. Segundo a educadora, essas atitudes deveriam começar nas escolas, nas palavras e nos atos dos professores, “principalmente nos atos, porque falar já quase não vale a pena...” (MEIRELES, 05/02/1932).

Esperava que a escolarização acelerasse historicamente o Brasil, colocando-o em uma situação privilegiada perante os outros países. Em alguns momentos, Cecília ajuizava a educação como esfera autônoma da realidade e agente de correção das distorções econômico-sociais; em outros, considerava a dependência de fatores externos à educação como entraves para sua realização potencial. De qualquer forma, a educadora julgava que o desenvolvimento da educação deveria ocorrer distante de condicionamentos ideológicos, sustentada pela neutralidade dos sujeitos que a administravam e que nela atuavam.

República Velha... República Nova: a Revolução de 1930 na pena de Cecília Meireles

Na coluna “Comentário”, as palavras de Cecília Meireles sobre os acontecimentos exortavam a Revolução, “que nesse momento acaba de transformar o Brasil numa formidável esperança para o mundo inteiro”, constituindo “um movimento significativamente educativo” (MEIRELES, 31/10/1930).

Para ela, o processo significava uma transformação formidável. Em sua avaliação, antes do processo revolucionário o Brasil estava marcado pela opressão, “o governo, através de todos os representantes legalistas, juncava o terreno social de uma abundante sementeira de erros, de vícios, de mentiras, de injustiça”. Então, “operou-se o milagre maior da Revolução”, abrindo a possibilidade do novo governo ter como “preocupação fundamental sanear o ambiente moral e social do país”.

Após o Decreto que instituía Vargas como presidente, afirmou Meireles: “está realizada a revolução que desejávamos para poder educar a criança!”. Concluindo, ampliava sua esperança de que a criança brasileira estava com sua educação garantida, afinal “a pátria é isso: uma infância que evolui continuamente” (MEIRELES, 7/12/1930).

Cecília Meireles confiava no processo político, considerando a “Revolução de outubro” como um “pórtico para uma idade nova”. Em seu entendimento, “os que pudera erigir [...] não o fizeram para si mesmo”. E depositava esperança que o processo revolucionário priorizasse os pequeninhos, “a quem com mais razão pertence o Brasil” (MEIRELES, 14/11/1930). Decerto o governo dos

“lenços vermelhos” de Vargas haveria de organizar a administração do Brasil e, por consequência, o sistema escolar.

Entretanto, aos poucos, Cecília Meireles começava a demonstrar apreensão com os rumos do processo revolucionário de 1930. Ainda em novembro desse ano registrou seu temor, traduzido na assertiva: “Fazer revolução deve ser, com certeza, muito mais fácil do que assegurar revoluções” (MEIRELES, 27/11/1930).

A Igreja e a Escola Pública: anticlericalismo e educação

Com o início do Governo Provisório, Getúlio Vargas reviu a relação do Estado com a Igreja Católica. Oportuno recordar que, depois do rompimento com a Proclamação da República em 1889, apenas nos anos 1920 reiniciou-se a aproximação entre Igreja e Estado (Cf. FAUSTO, 2002, p. 186).

Importante lembrar os conflitos em torno da separação do Estado republicano com a Igreja Católica. Essa separação angariou muitos debates, principalmente no campo educacional, visto ser a Igreja parte interessada nesse espaço institucional. Segundo Beozzo,

Consumada a separação entre Igreja e o Estado, a Igreja não cessará de denunciar o divórcio entre o Estado leigo, para não dizer laicista, e a nação católica, em sua grande maioria. O ensino era visto como uma grande violência imposta à consciência católica. Seu caráter leigo conflitava com a fé da maioria dos alunos e com a fé professada pela nação (BEOZZO, 1986, p. 280).

Antes de 1930, a Igreja já havia conquistado importantes vitórias, principalmente na seara educacional. Podemos citar o caso de Minas Gerais, governado por Antônio Carlos, que foi o primeiro estado a colocar o ensino religioso dentro do horário escolar. Inicialmente, em 1928, através de uma autorização. Depois, por meio de lei aprovada pelo legislativo e sancionada pelo executivo em 12 de outubro de 1929 (BEOZZO, 1986, p. 286).

Naquele momento de ruptura com a República Velha, a Igreja posicionou-se ao lado da Revolução, com raras indecisões na hierarquia da instituição. Um exemplo revelador do revigoramento da relação Igreja/Estado foi o apoio do Arcebispo de Porto Alegre, Dom Becker, a Getúlio Vargas. O religioso declarou-se

favorável ao movimento ao se certificar que nele não existia tendência comunista (BEOZZO, 1986, p. 287).

Getúlio Vargas, em correspondência de 14 de novembro de 1930 a D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, Arcebispo do Rio de Janeiro, tranqüilizava a “consciência cristã e católica do Brasil”. Reafirmava as intenções dos revolucionários em um “saneamento moral e político”, jamais patrocinado por qualquer tipo de violência.

Muitos interesses estavam em jogo, acompanhando a transformação econômica, a rápida expansão das atividades industriais e a crescente importância dos núcleos urbanos. Esses interesses determinavam forte pressão para a implantação de novas oportunidades educacionais. Nessa direção, tudo indicava um salto quantitativo no campo educacional. Afinal, a educação, até aquele momento, atendia apenas a uma pequena camada da sociedade, advinda das classes dominantes. Com as perspectivas abertas com a Revolução de 1930, formou-se uma “pressão de segmentos médios que reclamam uma educação secundária e mesmo das classes populares que pedem educação primária para seus filhos” (BEOZZO, 1986, p. 298).

Abria-se um novo campo que a Igreja pretendia ocupar. Buscando alcançar tal finalidade, a intelectualidade católica ligada principalmente ao Centro Dom Vital engendrou uma ação planejada. Esse centro, fundado em 1922, teve como principal meio de divulgação a Revista A Ordem⁴. A publicação tinha entre seus colaboradores proeminentes nomes como o de D. Sebastião Leme e Jackson de Figueiredo, diretor da revista morto precocemente aos 37 anos, em 1928. Em seu lugar assumiu Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, que ocupou a direção da Revista e a liderança da intelectualidade católica (DIAS, 1996).

Com Alceu de Amoroso Lima à frente, a revista continuou “munida dos argumentos recolhidos nas obras do pensamento contra-revolucionário e nos documentos oficiais do catolicismo mais recente, que davam coerência à pretensão de reordenamento social em bases religiosas” (DIAS, 1996, p.96).

Perante a complexidade de relações entre Igreja e Estado e o paulatino avanço da instituição religiosa no campo educacional público, Cecília Meireles assumiu uma postura de oposição ao ensino religioso. Em carta de 23/05/1932 endereçada a

⁴ Revista criada em 1921.

Fernando Azevedo, a escritora desabafou sobre “a corrente a que pertence o sr. Tristão de Athayde age com esse delírio dos fracassados, que, na loucura da salvação, não podem distinguir mais a natureza dos seus próprios argumentos”. E completava: “eu creio – e antes andasse enganada – que esses cronistas nos vão dar muito trabalho”, isso “porque não é fácil, nem agradável, nem prático discutir com enfermos [...] e quase todos incuráveis”.

Percebemos que Cecília Meireles incorporava uma dimensão do escolanovismo que se opunha ao ensino religioso e assumia a separação republicana entre Estado e Igreja. Isso ficou mais evidente em sua luta contra o Decreto ministerial que privilegiava interesses religiosos.

Na luta contra “aquele Decreto”...

O Decreto nº 19.941 de 30/4/1931 do ministro Francisco Campos - que restabelecia o ensino religioso nos níveis primário, secundário e normal - recebeu duras críticas de Cecília Meireles. Seus escritos ironizavam o “decretozinho do ensino religioso” e questionavam a reforma do ministro Francisco Campos, afirmando que o termo estava aquém dos objetivos propalados da Revolução de 1930:

Veio o sr. Francisco Campos com o seu feixe de reforma na mão. E, em cada feixe, pontudos espinhos de taxas. Foi mesmo mais uma reforma de preços, que tivemos. E **esperávamos uma reforma de finalidades, de ideologia, de democratização máxima do ensino, de escola única**, - todas essas coisas que a gente precisa conhecer e amar, antes de ser ministro da educação... (MEIRELES, 06/5/1931).

Ainda escrevendo no “Comentário”, Cecília Meireles levantou dúvidas quanto ao caráter da Revolução de 1930. Desapontada com os seus rumos, afirmou que “o regime atual, que tanto tem invocado a Liberdade como a padroeira, nos coloca nas velhas situações de rotina, de cativo e de atraso que aos olhos atônitos do mundo proclamarão, só por si, o formidável fracasso da nossa malograda revolução...” e questionava - “chama-se a isto liberal” (MEIRELES, 06/5/1931). Para provar sua tese, afirmou:

Um decretozinho provinciano, para agradar a alguns curas, e atrair algumas ovelhas... Porque – não se acredita que nenhum espírito profundamente religioso – qualquer que seja a sua orientação religiosa – possa receber com alegria esse Decreto em que fermentam os mais nocivos efeitos para a nossa pátria e para a humanidade (MEIRELES, 06/5/1931).

O Decreto vinha com a intenção de promover e “sacralizar” a aproximação do Governo Provisório com a Igreja Católica. Antes de ser aprovado, em carta para Vargas datada de 18/4/1931, o ministro Francisco Campos argumentava sobre a necessidade do ensino religioso e os benefícios que seriam colhidos.

Em seu entendimento, o Decreto não estabelecia a obrigatoriedade do ensino religioso, já que seria facultativo para os alunos “na conformidade da vontade dos pais ou tutores”. E adiantando-se às críticas, afirmava que o teor legal não se restringia à religião católica, pois permitia o ensino de outras religiões “desde que exista um grupo de pelo menos vinte alunos que desejem recebê-lo”. Assim, não se violentaria a consciência de ninguém e, principalmente, não se violaria o “princípio de neutralidade do Estado em matéria de crenças religiosas”.

Na carta, Francisco Campos ressaltava que o ensino religioso era praticado nos estabelecimentos de ensino. Lembrava apenas a “exceção do Pedro II, única casa de ensino secundário em que não é ministrado”.

Para o ministro, o ensino religioso não representaria uma grande concessão do Ministério da Educação para com a Igreja Católica. E lembrava que “a sua aprovação interessa tão profundamente ao aperfeiçoamento do nosso sistema de educação”. Essa situação era indicadora da força política da instituição religiosa. Nesse sentido, o ministro da educação arquitetou uma estratégia que acentuava a “grande importância que terá para o governo um ato da natureza do que proponho”, pois sendo aprovado aliciaria “impressionante e entusiástico movimento de apoio”. E reiterava como positiva a “mobilização de toda a Igreja Católica ao lado do Governo” com a sua “valiosa e incomparável influência”.

De acordo com Francisco Campos, a assinatura do Decreto por Vargas representaria “talvez o ato de maior alcance político do seu governo”. A carta continuava a reforçar as vantagens que ensino religioso acarretaria “para a educação da juventude brasileira”. Ademais, selava o “pacto” afirmando: “pode estar certo de que a Igreja Católica saberá agradecer a V. Ex. por esse ato”.

O Centro D. Vital e sua revista reagiram positivamente ao Decreto que facultava o ensino religioso nas escolas públicas. Sobral Pinto, por exemplo, entendia o ato como uma correção de um erro histórico. E nada mais fazia do que voltar “às velhas tradições brasileiras, interrompidas, funestamente, pela República de 1889” (PINTO, 1931, p. 361). Pois “o Brasil [...] não poderá nunca esquecer o que deve à igreja de Jesus Cristo” (PINTO, 1931, p. 359). Entretanto, salientava que o Decreto ainda não agradava de todo a consciência católica. Em suas palavras, estabelecia-se uma igualdade ofensiva com as diversas correntes religiosas, pois a Igreja Católica “sendo a própria Verdade, não deve ser comparada às outras religiões”, meras representantes do erro (PINTO, 1931, p. 361).

Tristão de Athayde também se pronunciou com relação ao polêmico Decreto do Ensino Religioso, declarando que avaliava positivamente o alcance e a necessidade da liberdade de ensino religioso. Acreditava que o Decreto estabelecia “de modo ainda tão insatisfeito a liberdade de ensino religioso nas escolas públicas”. Mesmo que imperfeito, o ato seria resultante de “um dos episódios mais significativos nessa luta pela emancipação espiritual da América no século XX” (ATHAYDE, 1931, p. IV).

Segundo o intelectual católico, “o Decreto de 30 de abril é apenas o vislumbrar remoto do ideal que temos de atingir”. Por isso, advertia que o momento era de luta e não de unanimidade. Chamava a todos para cumprir o dever de católico de apoiar o Decreto “sinceramente, sem desfalecimento, apesar dos defeitos graves que tem e de disposições, como a do artigo final, que tornam mais que precária a vitória obtida contra o sectarismo laicista” (ATHAYDE, 1931, p. 94)⁵.

O trabalho para garantir a aplicação do Decreto era fundamental, visando que o mesmo não se reduzisse a

mais uma letra morta no cemitério de nossas leis inaplicadas, e sim o marco inicial de uma nova era em nossa vida nacional, que poupe às gerações vindouras um dos males mais desastrosos que corromperam a nossa própria geração: a escola sem Deus (ATHAYDE, 1931, p. 74).

⁵ Esse tom também estava estampado no editorial da revista A Ordem n. 16 de 1931, provavelmente escrito por Tristão de Athayde, pois encontramos texto semelhante em seu livro “Debates pedagógicos” (1931)

As observações quanto ao Decreto não perdiam de vista o caráter de precariedade do texto legal. Entretanto, apontava como vantagem a agitação provocada. Ao acirrar posicionamentos, estimulava o debate com os escolanovistas sobre a questão da liberdade porque, de acordo com ele,

o ensino religioso não vem tolher liberdade alguma, dessas que os “liberais” dizem proteger a cada momento. Mas vem, ao contrário, **defender a liberdade de consciência das crianças religiosas** e das famílias que desejam dar a seus filhos uma educação religiosa e que até hoje se viam privadas dessa liberdade pelo regime do laicismo opressivo (ATHAYDE, 1931, p. 91, grifo no original).

Tristão de Athayde postulava a idéia de que “o Estado compreenda todo o seu dever para com o ideal cristão de uma nacionalidade formada espiritualmente pelo catolicismo e que só este pode conservar e desenvolver” (ATHAYDE, 1931, p. 67). Essa posição era coerente com a carta encíclica de Pio XI, *Divini illius Magistre*⁶, de 31/12/1929. O documento, que versava sobre a educação cristã da juventude, condenava a escola leiga, mista e obrigatória para todos.

Em documento escrito na reunião do Episcopado Brasileiro, dirigido a Getúlio Vargas e datado em 12 de outubro de 1931, os bispos expressavam suas preocupações quanto às seculares tradições religiosas. Distinguia entre os “graves problemas” o do ensino religioso, defendendo sua inclusão nas escolas públicas e corporações militares como forma de “garantia mais eficazes para a proteção e estabilidade da família” (A REVOLUÇÃO DE 30, 1982B, p. 338).

Confiantes, os bispos signatários adotaram um discurso que apelava para a “incontestável maioria” de católicos que permaneciam “tranqüilos e disciplinados”. Esse discurso também poderia ser lido com um tom de ameaça na afirmação que “banido dos conselhos da Nação, Deus, Senhor Onipotente, terá sempre guarida no coração do povo, mas o Estado, e portanto os seus governantes, estará desamparado de todo o espírito de ordem, respeito e disciplina” (A REVOLUÇÃO DE 30, 1982B, p. 339). Caberia a Igreja Católica “controlar” as paixões tendo em vista que o Estado não seria suficiente para desempenhar essa função (DIAS, 1996, p. 56-57).

⁶ Esse documento encontra-se em <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicls/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri_po.html>, acesso em 04/4/2007.

O documento abordava também as intenções eleitorais da Igreja Católica e suas preocupações para a nova Constituição. Criticavam o divórcio, a proibição de sindicatos operários religiosos, o impedimento do voto de religiosos e exigiam a execução integral do Decreto do Ensino religioso (A REVOLUÇÃO DE 30, 1982B, p. 341-342).

Sobre os pressupostos da educação religiosa, a crítica de Cecília Meireles encontrava terreno fértil. Para a educadora, a não aceitação do ensino religioso no ensino público fundamentava-se no combate às divisões e preconceitos que as religiões provocavam. O receio de Meireles centrava-se no vínculo entre Igreja e Estado, que levaria o último a ser usado para interesses “paroquiais” (MEIRELES, 29/5/1931).

Essa professora percebia que o Decreto e os episódios seguintes estimulavam a tentativa de ampliação de poder por parte das instituições confessionais, ultrapassando os limites da esfera religiosa. Na opinião da educadora, também praticavam uma política imperialista, “sem se importarem com os processos de que lançam mão, contanto que possam alargar os seus domínios, e emprestando ao seu Deus um feitio monstruoso, pois a sua divindade se nutre da desgraça humana, da humilhação e da mentira, da fraude, da opressão e da guerra” (MEIRELES, 29/5/1931).

Cecília Meireles chamava o Decreto de “antipedagógico e antisocial”, considerando a assinatura de Getúlio Vargas um grave erro. Para essa professora, a escola moderna deveria ser laica, termo que corresponderia a uma isenção de preocupações religiosas (MEIRELES, 2/5/1931). Entretanto, existia um lado positivo identificado por Meireles, “é o fato de protestantes, espíritas, positivistas e livres-pensadores” se unirem para derrubar o Decreto. Afinal, “cada um poderia egoisticamente aplaudir, visando fazer prevalecer a sua crença, e servindo-se desta oportunidade para uma intensificação de propaganda” (MEIRELES, 10/5/1931). Isso caminhava para a tão desejada fraternidade defendida por esse educadora em diversos textos publicados na coluna “Comentário”.

O movimento contra o Decreto recebeu uma grande adesão de livres pensadores e adversários da presença da Igreja no Estado. Essa união deu bases pra a criação das ligas Pró-Estado Leigo.

Imediatamente, A Ordem manifestou-se em seu editorial: “vêm aí, lado a lado, várias seitas protestantes e mais os judeus, os teosofos e os espíritas, de braço

dado com os seus fígados inimigos Maçons e Livres Pensadores”. E tudo isso para garantir “credo comum” - o ateísmo do Estado e um inimigo, a Igreja Católica (SEPARATISMO..., 1932, p.81).

Essa agitação transformou-se em foco de atenção e divulgação da Página de Educação. Cecília Meireles, percebendo a importância da luta contra o ensino religioso na escola pública, anunciava as atividades da Coligação Pró-Estado Leigo⁷.

A professora manifestou-se a favor da iniciativa por considerar que “a Coligação Pró-Estado Leigo não é um agrupamento inexpressivo de indivíduos”, visto que reunia doutrinas religiosas e sociais de todos os matizes perfazendo “um total de mil setecentas e duas corporações”. E, provocadora, dizia que para participar da Coligação “não basta saber de cor o catecismo e as orações da penitência que salvam a alma do inferno...” (MEIRELES, 9/9/1931).

Cecília não deu trégua no combate ao Decreto. Em seus escritos, reclamou do silêncio do Governo Provisório, destacando os protestos dos adeptos de todas as religiões, com exceção dos católicos. Também lembrava das manifestações dos estudantes das escolas secundárias e superiores que mereciam “atenção por um governo esclarecido”. Ironizando, Meireles escreveu: “só se estão esperando pelos ofícios das crianças das escolas primárias... E como esse país é o mais exótico do mundo, não será difícil que qualquer dia até as criancinhas analfabetas apareçam assinando com uma cruzinha um telegrama” (MEIRELES, 18/6/1931).

Prosseguindo a luta, aproximou-se das posições radicalizadas do liberalismo presentes no período, assegurando: “A cultura liberta. O catolicismo escraviza” (MEIRELES, 18/7/1931).

Com esse espírito, divulgou na Página de Educação palestra de Edgar Süssekind de Mendonça sobre educação e religião proferida na Liga Anticlerical (UM TEMA..., 09/10/1931). Em outro momento, elaborou uma apreciação sobre a obra de Francisco Ferrer y Guardia, descrevendo o evento que lembrava o 22º aniversário da morte desse educador anticlerical, assassinado pelo governo espanhol em outubro de 1909. Esse evento foi organizado pela Liga Anticlerical e contou com a participação de Maria Lacerda de Moura e José Oiticica (ANIVERSÁRIO..., 22/10/1931).

⁷ O jornal anticlerical A Lanterna noticiou durante os anos de 1933 a 1935 as atividades da Coligação pró Estado Leigo em vários estados brasileiros que apontava em 26/10/1933 a união de 1.896 entidades entre Loja Maçônicas, corporações, igrejas, entre outros.

No turbilhão dessa luta, Cecília escreveu uma carta para Fernando de Azevedo em 12 de abril de 1932. Não se pode esquecer que, para ela, o educador representava a possibilidade de concretização do ideário escolanovista dentro da Revolução. Como visto acima, a jornalista defendeu o nome de Azevedo para assumir a pasta da Educação. Outrossim, denominava-o como “animador da renovação pedagógica”, destacando sua capacidade de liderança, especialmente por sua articulação na 4ª Conferência Nacional de Educação da ABE, realizada em 1931, às vésperas do Manifesto (MEIRELES, 25/12/1931).

Admiradora de Fernando Azevedo desde a Reforma no DF, Meireles mantinha o educador informado sobre suas “investigações” no campo da política educacional. Nessa carta, entre outras coisas, comentava o jantar com o ministro: “tenho assunto para muitas colunas de jornal”.

No encontro com o ministro, Cecília Meireles fez várias “descobertas” compartilhadas com Fernando de Azevedo. Segundo essa professora, Francisco Campos assumiu-se como fascista e procurou explicar as origens do Decreto, que interessava

mais pelo seu fim do que pelo seu princípio... Em todo caso, a explicação do ministro foi essa: achando-se o Brasil em pleno caos, ele imaginava reerguê-lo por uma força poderosa, capaz de semelhante prodígio. Pensou na organização católica, e arranjou aquele Decreto, de natureza exclusivamente política (CARTA, 12/4/1932).

Meireles não perdeu a oportunidade de pressionar o ministro sobre o Decreto e as relações com a Igreja Católica. E revelava a surpresa de Francisco Campos com a desarticulação da Igreja no Brasil. Segundo Cecília Meireles, o ministro verificou “não haver nada organizado no Brasil”. Pasmado, ficou com a impressão que a Igreja estava em ruínas. A educadora declarava: “Suas idéias acerca do Brasil transformaram-se. Reconheceu o erro que praticava – não o do Decreto, mas o da salvação nacional por meio dele...” (CARTA, 12/4/1932).

Meireles percebeu que o ministro não se mostrava um defensor articulado do Decreto, apresentando um “pensamento sem clareza” e “sem continuidade”. Desde antes, também a Igreja Católica, através do Centro D. Vital e da revista A Ordem, criticavam a “vacilação” do governo, como no caso da reforma do ensino superior (EDUCAÇÃO RELIGIOSA, 1931).

Antes do encontro, Cecília publicara coluna em que adjetivava a política educacional de Francisco Campos de confusa. Chamava a atenção para as “finalidades tão sutis” do “sr. ditador”, indicativas da fragilidade que permeava o tratamento dado aos “nossos problemas mais sérios, mais importantes, os mais definitivos na formação da nacionalidade e, ao mesmo tempo, na segurança pacífica do país” (MEIRELES, 18/6/1931).

A correspondência com Fernando de Azevedo continuou, tendo como um dos conteúdos a contenda com a frente católica. Tristão de Athayde, por exemplo, recebeu citação em outra carta (23/5/1932). Nela, a educadora examinava as tentativas de desmoralizar a Escola Nova por parte desse articulista católico, que buscava confundir a tendência pedagógica com o comunismo. Segundo Cecília, o intelectual escrevera “um dos seus venenosos artigos” contra Anísio Teixeira. Lamentava

Infelizmente, com esta ausência de mentalidade que caracteriza o nosso povo, com a falta de análise e ventilação de quaisquer assuntos que signifiquem opinião, com esta facilidade com que qualquer pessoa desnatura publicamente o pensamento de outra, com o coro da ignorância e da má fé tão pronto a se manifestar, e tão solitário – ainda a confusão é, na verdade, um método de resultado certo, entre nós (CARTA, 23/5/1932).

Nesse momento conflituoso, Cecília Meireles despontou como uma das principais vozes em defesa dos ideais escolanovistas e crítica dos (des)caminhos da Revolução de 1930 e da educação brasileira. As opiniões publicadas na coluna “Comentário” da Página de Educação expuseram a contenda contra o ensino religioso para o primeiro plano. O combate anticlerical e sua atuação em prol das ações escolanovistas no DF marcaram sua trajetória.

Não podemos deixar de mencionar que o DF mantinha uma posição contrária ao ensino religioso na escola pública, atraindo a ira da Igreja Católica e do Centro D. Vital. Assim, o DF tornou-se um campo de luta política com ganhos e perdas de posição, sobre a sombra projetada do golpe de 1937. Afinal, o sucesso dessa administração significava também a vitória da “Renovação Educacional” escolanovista. Nessa direção, a Constituição de 1934 legitimou a participação da Igreja no Estado com direito inscrito, aliança necessária naquele momento (Cf. BEOZZO, 1986, p. 340).

Manobrando nesse contexto, Getúlio Vargas e a Igreja asfixiaram as iniciativas antagônicas aos seus ideais. Como prêmio para Vargas, a presidência; para a Igreja, o acesso oficializado à escola pública.

Embora contasse com a pena profícua de Cecília, a ação coordenada entre Estado e Igreja foi vitoriosa. Mas a atuação combativa da educadora, por vezes obscurecida pela sua produção na literatura, não pode ser esquecida.

Em um ambiente de profundas discussões, Cecília Meireles assumiu a frente do debate em defesa e promoção da Escola Nova. Escritora, jornalista e educadora, sustentava sua crença no caráter revolucionário do movimento de 1930 e nas conseqüências positivas que podiam trazer para a educação. Assim, abraçava atitudes que podem ser avaliadas como progressistas como, por exemplo, o combate empreendido ao ensino religioso, considerado castrador das liberdades humanas.

Cecília Meireles advogava um ideário escolanovista alternativo, eivado de “licença poética”. Destinando à educação um lugar acima dos interesses particulares, acabava por não ser omissa diante do papel político da escola. Segundo a educadora, o espaço escolar mostrava-se privilegiado para trabalhar diferenças e identidades, independentemente das classes sociais e das opções religiosas. Insistia em um romantismo revelador da crença que o progresso seria conquistado através da educação.

Oscilando entre um otimismo ingênuo e críticas ferinas ao Governo Provisório e suas ações, intercedeu sempre em favor do escolanovismo. Nesse movimento, aproximou-se de setores progressistas, contrapondo-se às articulações políticas da Igreja Católica e de Getúlio Vargas.

Afinal, para alguém que escreveu "...Liberdade, essa palavra/que o sonho humano alimenta/ que não há ninguém que explique/ e ninguém que não entenda..." era inadmissível pensar em uma educação e uma cultura que não fossem livres das amarras religiosas. Ainda que para assegurar tal prerrogativa, houvesse a necessidade de enfrentar o conservadorismo católico da época.

REFERÊNCIAS

CORRESPONDÊNCIAS

Passiva - Fernando de Azevedo - IEB

MEIRELES, Cecília, 1931 – 1938, Caixa 21.

Correspondências - outras

CAMPOS, Francisco. Carta a Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 18/4/1921. FGV/CPDOC.

VARGAS, Getúlio. Carta a D. Sebastião Leme da Silveira Cintra. Rio de Janeiro, 14/11/1930. FGV/CPDOC.

Comentários escritos por Cecília Meireles no Diário de Notícias

A responsabilidade da imprensa, 23/9/1930.

Educação e revolução, 31/10/1930.

Sinais dos tempos, 14/11/1930.

A responsabilidade da Revolução, 27/11/1930.

Educação – palavra imensa, 7/12/1930.

Questões de Liberdade, 6/5/1931.

O ensino religioso nas escolas, 10/5/1931.

Aquele desastrado decreto..., 29/5/1931.

Aquele decreto, 18/6/1931.

Um líder, 25/12/1931.

Um problema insolúvel, 18/7/1931.

O Ministério da Educação, 16/1/1932.

Questão de educação, 5/2/1932.

Despedida, 12/1/1933.

OBRAS

AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo de Sousa; COELHO, Hercídia Mara Facuri. **Política e sociedade no Brasil**, (1930-1964). São Paulo: Annablume, 2002.

ANIVERSÁRIO da morte de Ferrer; A sessão solene em homenagem à memória do fundador da escola leiga. **Diário de Notícias**: Rio de Janeiro, 22/10/1931.

ATHAYDE, Tristão de. **Debates pedagógicos**. Rio de Janeiro: Schimidt, editor, 1931.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura Brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora UnB, 1996.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja e a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano. Tomo III. 4º vol. Economia e Cultura (1930-1964). 2ª ed. São Paulo: Difel, 1986.

CONNIFF, Michael L. **Política urbana no Brasil**: a ascensão do populismo 1925-1945. trad. De Myriam Campello. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem**: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1933). São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

Divini illus Magistre. Encíclica de Pio XI 31/12/1929. <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicls/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri_po.html>, acesso em 23/12/2006.

EDUCAÇÃO religiosa. **A Ordem**. Rio de Janeiro, jan./jun. 1931.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930** – historiografia e história. 12ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Trad. Heloisa Jochims Reichel e Marcelo Fernando da Costa; revisão técnica Daniel Aarão Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MAGALDI, Ana Maria; GONDRA, José G. (org). **A organização do campo educacional no Brasil**: manifestações, manifestos e manifestantes. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

MARTINS, Luciano. A Revolução de 1930 e seu significado político. **A Revolução de 30**: seminário realizado pelo Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

MEIRELES, Cecília. **Crônicas de educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca nacional, 2001. 5 v.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PENNA, Maria Luiza. **Fernando de Azevedo**: educação e transformação. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

PINTO, H. Sobral. Crônicas políticas (de 18 de março a 17 de abril). **A Ordem**. Rio de Janeiro, jul./dez. 1931.

REVOLUÇÃO de 30, A. Textos e documentos. Tomo I e II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982AB.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994.

SEPARATISMO espiritual. **A Ordem**. Rio de Janeiro, jan./jun., 1932.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

UM TEMA de palpitante atualidade, conferência do professor Edgard Sussekind de Mendonça sobre a escola e a religião. **Diário de Notícias**: Rio de Janeiro, 9/10/1931.

XAVIER, Maria do Carmo (org). **Manifesto dos pioneiros da educação**: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1990.